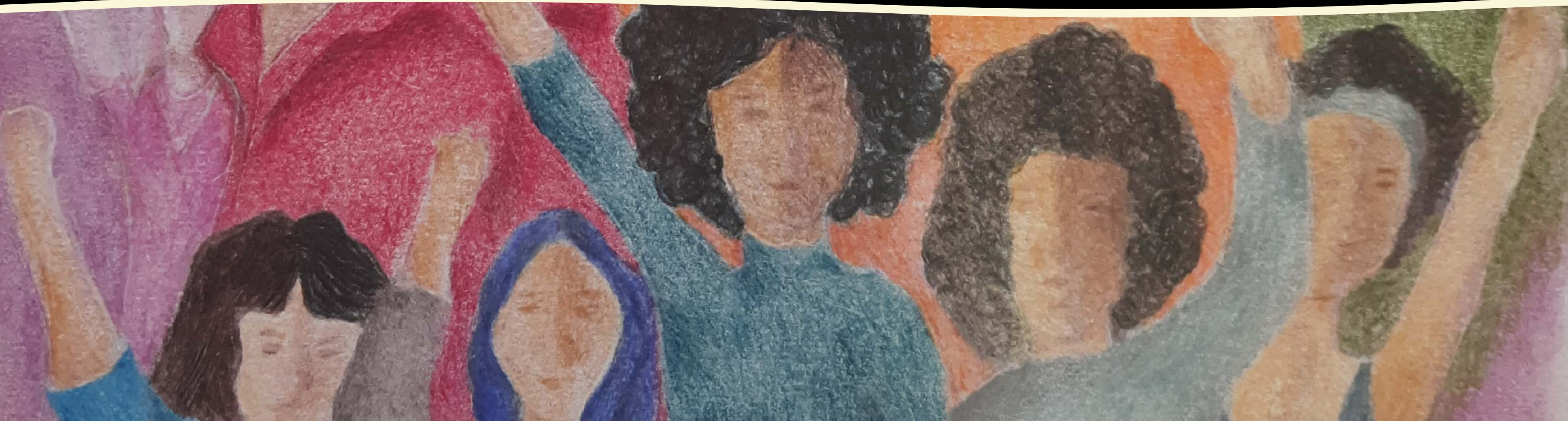


Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

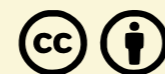
Feminismos e Serviço Social

v.32 n.1

Jan-Jun/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA
Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA
Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA
Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE
Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA
Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORAS AD HOC v.32 n.1
Gláucia Lelis Alves
Luana Siqueira

EDITOR TÉCNICO
Fábio Marinho

REVISÃO
Nicole Leal
Andréa Garcia Tippi (tradução; resenha)
Andrea Moraes Alves (temas livres; 8º ensaio)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL
Angela Santana do Amaral UFPE
Antônio Carlos Mazzeo USP
Arthur Trindade Maranhão Costa UNB
Christina Vital da Cunha UFF
Clarice Ehlers Peixoto UERJ
Elenise Faria Scherer UFAM
Ivanete Boschetti UFRJ
Jean François Yves Deluchey UFPA
Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ
Marcos César Alvarez USP
Maria Cristina Soares Paniago UFAL
Maria Helena Rauta Ramos UFRJ
Maria das Dores Campos Machado UFRJ
Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ
Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ
Ranieri Carli de Oliveira UFF
Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO
Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS
Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA
Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ

Publicação indexada em:
[Latindex](#)
[Portal de Periódicos da Capes](#)
[IBICT](#)
[Base Minerva UFRJ](#)
[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos
CEP 22.290-240
Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social
/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-
Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

☞ Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

☞ Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.



Gláucia Lelis Alves. Sem Título, 2021.

Sumário

ARTIGOS TRADUÇÃO	Relações entre a covid-19, sexismo e racismo no Brasil: uma análise da economia feminista <i>Margarita Olivera (tradução: Carolina Castellitti)</i>	5	
ARTIGOS TEMAS LIVRES	Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho <i>Ana Carolina de Freitas Campos & Mariane Suzze Pereira</i>	24	 Você está aqui.
EDITORIAL DOSSIÊ	Feminismos e Serviço Social <i>Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira</i>	42	
ENSAIOS DOSSIÊ	Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente <i>Clara Gomide Saraiva</i>	48	
	Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/Exploração <i>Qelli Viviane Dias Rocha</i>	74	
	Aleksandra Kollontai: Uma História de Ocupação dos Espaços Não Autorizados <i>Natalia Perdomo dos Santos</i>	98	
	Contribuciones de Clara Zetkin para entramados socialistas y feministas <i>María Cecilia Espasandín</i>	124	
	Pandemia da Covid-19 e divisão social do trabalho na (re)produção capitalista na atualidade <i>Camila Carduz Rocha</i>	148	
	Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica <i>Mirla Cisne & Raíssa Paula Sena dos Santos</i>	173	
	Formação acadêmico-profissional e o debate da humanização do parto numa perspectiva feminista-antirracista <i>Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso et alia</i>	199	
	A lei de alienação parental e a lei da guarda compartilhada obrigatória: para o melhor interesse da manutenção da violência contra mulheres/mães e crianças <i>Alessandra Pereira de Andrade & Sibebe de Lima Lemos</i>	226	
	(Des)criminalização do aborto e Serviço Social: desafios para o cotidiano profissional <i>Thais de Biazzzi Oenning & Esther Luiza de Souza Lemos</i>	245	
	Experienciando uma formação feminista interseccional: Contribuições ao serviço social <i>Rachel Gouveia Passos et alia</i>	263	
RESENHA	Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção, de Fátima Valéria Ferreira de Souza (org.) <i>por Renato Francisco dos Santos Paula</i>	279	

Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pandemia e Saúde do trabalhador: uma análise sobre a precarização do trabalho

Pandemia
Precarização do trabalho
Saúde do trabalhador

Ana Carolina de Freitas Campos

Assistente social do Centro de Referência em Saúde Mental (BH), especialista em urgência e trauma (UFOP-MG).

carolfreitascampos@hotmail.com

Mariane Suzze Pereira

Assistente social, mestre em serviço social e política social (Universidade de Londrina – PR).

marianesuzzi@gmail.com

referências e notas



Recebido em 05/05/2021
Aprovado em 23/08/2021

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 32	n. 1	p. 24-41	Jan-Jun/2022
------------------------	----------------	-------	------	----------	--------------



Introdução

A capacidade produtiva do ser humano o coloca em uma posição de validade perante o mercado e de uma falsa impressão de valorização trazida pelo mesmo. Aqueles que produzem e que possuem condições de vender sua força de trabalho são valorizados e aqueles que não possuem essa capacidade produtiva são marginalizados e captados para assumirem e venderem sua força em lugares que oferecem condições cada vez mais precárias de trabalho. Esse cenário tem se tornado cada vez mais comum na eclosão do novo coronavírus, desde março de 2020 no Brasil. Ocorre que a pandemia “[...] em meio à profunda crise estrutural do capital, acentuará exponencialmente seus traços sistêmicos em curso, articulando em uma totalidade contraditória suas dimensões econômica, política, social e sanitária [...] (RAICHELIS, ARREGUI, p.138, 2021).”

Para além do impacto da crise sanitária provocado pela pandemia do covid-19, pode-se perceber os impactos sociais, políticos e econômicos que assolam o país desde a década de 1990, mas que há mais de um ano tem seu processo acelerado com o avanço do neoliberalismo somado ao neoconservadorismo no Brasil e no mundo, o que Boschetti e Behring vão chamar de “[...] combinação perversa, mórbida e tóxica [...]” (p.68, 2021), que vai nos colocar entre os países com maiores agravantes no cenário da pandemia.

Com as novas medidas de isolamento, restrições de atividades não essenciais, as demissões em massa e retirada de investimentos de indústrias estrangeiras do país, pode-se perceber uma intensificação na crise econômica e financeira, que o país já enfrentava antes mesmo da pandemia, de forma que

Os impactos econômicos da pandemia da covid-19 já são sentidos na oferta de empregos com carteira assinada. Segundo dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Novo Caged, os meses de março – quando a pandemia chegou ao Brasil – abril e maio apresentaram uma redução de 1 milhão e 487 mil empregos formais. Wilson Amorim, professor associado do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, explica que, nesse quadro, aumenta-se a informalidade na ocupação e, conseqüentemente, a precarização das relações de trabalho (MILITÃO, 2020).





É, portanto, inegável que a crise estrutural é própria do modo de ser do sistema capitalista (Mészáros, 2002) e ao entrarmos também em uma crise pandêmica causada pelo novo coronavírus, os impactos são sentidos no âmbito econômico, ocorrendo que

[...] a pandemia da covid-19 implicou um curto-circuito no processo de produção e reprodução do capital, ao provocar a suspensão forçada da produção, distribuição e troca mundial de mercadorias, confirmando a atualidade da análise da lógica do capital e sua lei geral de acumulação desvendada por Marx em O capital, em seus três livros (BOSCHETTI; BEHRING, p.68, 2021).

E a conta dos prejuízos causados por esse curto-circuito no processo de produção e reprodução do capital pesará diretamente na vida da classe trabalhadora, que vai ver crescer ainda mais o processo de precarização do trabalho e das suas condições de vida. Esse elemento é essencial para compreendermos os determinantes sociais que vão incidir sobre o processo saúde-doença, na contaminação e no enfrentamento da covid-19. Apesar de não ser a única responsável pela crise que vivenciamos no momento, a pandemia “[...] exacerbou os traços mais perversos de uma crise social de grandes proporções, tornando mais tangíveis e mais visíveis processos que já estavam em desenvolvimento. (RAICHELIS, ARREGUI, p.139, 2021)”.

Há em disputa um jogo de escolhas cruéis entre a vida que se coloca em risco e a sobrevivência, evidentemente direcionado para as populações mais vulneráveis, demonstrando que o vírus pode sim infectar qualquer ser humano, mas vão existir aqueles que irão estar mais expostos aos riscos, que vão ter mais dificuldades em encontrar um atendimento de saúde, de comprar equipamentos de proteção e de fato se protegerem na fronteira entre a garantia da vida, sobrevivência e caos.

Um trabalhador ou trabalhadora na informalidade, se vai pra casa fazer isolamento, não recebe. Inclusive a maioria sofreu com o desemprego imediato. Se vai pra casa, morre de fome. Se vai para a rua, seu emprego desapareceu. A pandemia do capital mostrou o flagelo, a virulência, a devastação, que o capitalismo dos nossos dias pratica em relação à classe trabalhadora. [...] Não foi a pandemia que trouxe a tragédia. Ela é o resultado de uma tragédia de um sistema





de metabolismo social destrutivo. Por isso falo em capitalismo pandêmico e virótico. Estamos vivendo um capitalismo letal, destrutivo, pandêmico e virótico (ANTUNES, 2020).

Por isso é crucial desnaturalizar o argumento de que “[...] estamos todos no mesmo barco, quando na verdade, estamos vivenciando uma mesma tempestade [...]” (FERREIRA; SILVA, p.12, 2021), e alguns estão em pequenos barquinhos, enquanto outros estão nos seus navios luxuosos. A partir disso, devemos refletir: qual é o nível da liberdade que temos ao ter que escolher entre duas alternativas: ficar em casa e se prevenir para não se contaminar com o vírus e passar dificuldades financeiras, sem trabalho, sem ter como pagar as contas, comprar comida, e lidar com as consequências relacionadas ao adoecimento mental, ou ir para a rua se submeter a um trabalho cada vez mais precário e se colocar em risco de contaminação a todo momento?

É uma crise sanitária que atinge a todos, mas de formas e com efeitos muito diferentes de acordo com o espaço ocupado socialmente, escancarando as desigualdades de raça, etnia, gênero e classe social, na particularidade da formação social brasileira, marcada por racismo estrutural, um sistema patriarcal e forte desigualdade social, no qual a participação popular nas decisões sempre foram subsumidas às chamadas “conciliações pelo alto”¹, resultando no fato de que

[...] o Estado brasileiro não criou condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem estendeu direitos de cidadania ao conjunto da classe trabalhadora, excluindo imensas parcelas de trabalhadores e trabalhadoras do acesso ao trabalho protegido e às condições de reprodução social da força de trabalho. (RAICHELIS, ARREGUI, p.140, 2021).

Sabemos que no contexto do processo de redemocratização pós regime militar durante a década de 1980, movimentos e lutas sociais conquistaram direitos que foram institucionalizados na Constituição Federal de 1988, mas também sabemos que logo após, na década de 1990, o Brasil começa a sofrer as consequências da agenda neoliberal, que dificulta a efetivação desses direitos e vai corroendo as bases de ampliação dos mesmos, através das contrarreformas do Estado e da privatização de políticas públicas sociais, inclusive da política de saúde, tão essencial no enfrentamento da pandemia da covid-19.



Não se sabe quando será o fim da Pandemia, se isso será em um futuro próximo. Muitas são as angústias causadas por esse advento. No momento da escrita desse artigo, mais de quatrocentas mil famílias lidavam com o luto pela perda de entes queridos. O medo da infecção e da morte paira para qualquer ser humano, e para muitos, atrelado a esses sentimentos, o medo do desemprego, fome, e das incertezas mais básicas do amanhã.

Uma análise sobre a precarização do trabalho em tempos de pandemia

O início da pandemia de covid-19 no Brasil foi marcado por inúmeras modificações na rotina dos adultos, jovens, crianças e idosos brasileiros. Percebeu-se que, no início, o preenchimento do tempo ocioso com atividades físicas, cursos, indicações de séries, livros, filmes para se preencher um vazio causado pela mudança abrupta do cotidiano e os desafios de se permanecer em casa causavam certa sensação de que seriam apenas poucos dias, que viraram três meses, seis meses e aqui estamos há mais de um ano vivendo diferentes realidades, modificando cada dia os modos de existir, de sentir, de se envolver e se cuidar nesse momento tão desafiador. Momento em que se modificaram e intensificaram também as formas de encararmos os desafios e

Talvez esse fato explique, em alguma medida, a verdadeira maratona para a produção de textos, teorias e análises de conjuntura, no esforço, legítimo na maioria dos casos, de, por um lado, munir os sujeitos de informações para o enfrentamento da pandemia, mas que também pode estar atendendo, por outro lado, a demandas de apaziguamento das angústias frente ao descontrole e ao desconhecido que a pandemia evoca. Em tom jocoso sobre a situação, recentemente ganhou as redes sociais um lembrete que dizia “é uma pandemia, não um concurso de produtividade”. (SÁ; MIRANDA; MAGALHÃES, p.30, 2020)

O chamado “concurso de produtividade” (SÁ; MIRANDA; MAGALHÃES, 2020, p.30) se apresenta, portanto, como uma consequência de um esforço coletivo exaustivo que busca enfrentar o que tem sido considerada a maior crise sanitária da humanidade.

De acordo com Guarany (2020) o trabalho já vinha sofrendo uma extensão para o ambiente particular, pois muitos trabalhadores



levavam tarefas para casa, atendiam telefonemas, respondiam e-mails, mensagens ou realizavam outras atividades do trabalho em seu lar. Com a crise sanitária provocada pela pandemia, muitos trabalhadores foram convocados à adaptação de trazer integralmente o trabalho para dentro de casa. Agora a vida pessoal se mistura com as videochamadas, as reuniões e os atendimentos realizados de forma remota. Dividir o momento do café, o espaço do quarto, da cozinha ou da sala como uma improvisação para trabalhar se tornou algo comum. As frases “você estão me escutando?”, “seu microfone está fechado!” e “o seu áudio está ruim”, se tornaram quase que cumprimentos diários para aqueles que estão enfrentando o home office como uma nova modalidade de trabalho.

Novos sons foram entrando nas aulas, nas reuniões e nos atendimentos, escutamos panelas se movimentando, crianças brincando e se mostrando nas câmeras, o cachorro latindo, barulhos de um cotidiano familiar que passam a fazer parte de uma convivência publicizada que adentra no mundo do trabalho. A organização do tempo e do espaço se dá no âmbito individual, mas as cobranças de produtividade e para o alcance de metas continuaram a existir de forma coletiva.

Defrontamo-nos, então, com o processo de individualização nas sociedades ocidentais desde a modernidade (BECK; BECK, 2002; BAUMAN, 2008), fazendo recair unicamente no indivíduo a responsabilidade por seu destino. Sob a promessa de vivermos livres e desembaraçados de quaisquer amarras que nos vinculem aos demais, desejamos ser gestores de nós mesmos em uma mistura explosiva que conjuga meritocracia e neoliberalismo. Sobre esse processo incidem as formações imaginárias conservadoras, disparadoras de signos como autossuficiência, polivalência e onipotência. (SÁ; MIRANDA; MAGALHÃES, p.30, 2020)

Essa liberdade ilusória de que podemos ser nossos próprios patrões, mascarando a divisão da sociedade em classes que contribui com a não consciência de classe, fazendo o trabalhador acreditar que está em vantagem por poder fazer o seu trabalho em casa, nos horários que deseja, e que seu sucesso depende de si mesmo e do quanto se esforçará no trabalho. Ocorre que para alcançar as metas humanamente inatingíveis, esse trabalhador alcança cada vez mais níveis elevados de esgotamento físico e mental.



Por outro lado, estão os trabalhadores que não tiveram o “privilégio” de permanecer em casa diante de um cenário tão caótico e devem ser explorados de forma tradicional. São os chamados trabalhadores das atividades essenciais (essencial é o trabalho, mas não tão essenciais são esses trabalhadores que podem ser substituídos a qualquer momento por outros), ou aqueles que ocupam os lugares das atividades informais, com contratos precarizados, sem direitos trabalhistas. São trabalhadores que não tiveram opção: ou saíam para trabalhar ou não teriam o que comer.

Jogados à mercê da própria sorte, trabalhadores autônomos e trabalhadores informais inscritos no CadÚnico contaram com um benefício de seiscentos reais no período de abril de 2020 a agosto de 2020, reduzido para R\$ 300,00 reais entre os meses de setembro de 2020 e dezembro de 2020. As famílias monoparentais femininas receberam R\$ 1.200,00 reais no período de abril de 2020 a agosto de 2020, reduzido para 600,00 reais entre os meses de setembro de 2020 e dezembro de 2020.

Uma simples soma das contas mensais de uma família nos mostra que, apesar de ter propiciado um “respiro”, o auxílio emergencial continuou longe de dar conta de prover o sustento das famílias brasileiras, levando em consideração, inclusive, que os alimentos básicos tiveram grandes aumentos de preços nos últimos meses.²

Jair Bolsonaro, Presidente da República, ao ser questionado em 24 de novembro de 2020, sobre uma possível extensão do auxílio emergencial, retruca: “Pergunta pro vírus.” (sic). Os trabalhadores que contavam com o auxílio emergencial, não receberam entre os meses de janeiro e março de 2021. Em abril de 2021, a pandemia atinge seus piores momentos na maioria das cidades brasileiras, até o dia 24 foram registradas 67.723 mortes, sendo o mês mais letal da pandemia no Brasil até o momento, totalizando (no dia 24 de abril) 389.609 óbitos desde o início da pandemia no Brasil (G1, 2021).

Após o Decreto N° 10.661, de 26 de março de 2021, que institui o auxílio emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, ficou aprovado um benefício de R\$ 250,00 que foi dividido em quatro parcelas a partir de abril de 2021. Segundo

dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Covid-19, em 2020, 41% dos domicílios brasileiros receberam auxílio emergencial.

Ainda sobre os trabalhadores que não poderiam realizar a prática do home office, gostaríamos de destacar as condições de trabalho dos trabalhadores de aplicativos. Nos últimos anos, com a intensificação do neoliberalismo e surgimento de empresas que operam por meios digitais, as condições de trabalho já haviam se demonstrado precárias e insuficientes, dando a falsa impressão de um lugar ao trabalhador de empreendedor, de gestor do próprio tempo, massacrado pela ausência de direitos. Ricardo Antunes (2018) define esse momento que estamos vivendo de *uberização do trabalho*, que

[...] pode ser compreendida e utilizada como expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a aparência de prestação de serviços. Mas, os traços constitutivos de sua concretude, como veremos a seguir, são expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando tanto obtenção de lucro, exploração do mais valor e também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, que são imprescindíveis para a realização de seu labor. (ANTUNES; FILGUEIRAS, p.32, 2020).

Notavelmente, soluções individuais protagonizam não somente as relações, mas o mercado de trabalho e durante a pandemia essa situação não seria diferente, mas também tem piorado consideravelmente. É o que mostra o Relatório Parcial de Pesquisa, Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a covid-19 (2020), elaborado pela Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista de São Paulo.

Seus resultados evidenciam que o aumento expressivo da demanda por trabalho de entregas contrasta com a queda do rendimento dos trabalhadores, apesar destes manterem longas jornadas de trabalho. Comparando-se a distribuição por faixa de tempo de trabalho, constata-se que antes e durante a pandemia, a maioria dos respondentes trabalhava em faixas com duração acima de 09 horas diárias. Já a remuneração sofre alterações muito significativas,

indicando uma queda geral do rendimento dos trabalhadores. Os dados apontam que antes da pandemia aproximadamente 50% dos respondentes recebiam até R\$520,00 semanais e que, durante a pandemia, esse percentual aumenta para quase 73% dos entrevistados. Ainda durante a pandemia, houve aumento em 100% dos que auferem menos do que R\$260 por semana e, por outro lado, redução para em torno de 25% os que auferem rendimento maior que R\$520,00 semanais. Finalmente, quase 50% dos respondentes apontaram uma queda no bônus concedido pelas empresas-plataforma de entrega. É possível aventar que as empresas estão promovendo uma redução do valor da hora de trabalho dos entregadores em plena pandemia e sobre majorando seu ganho às custas do trabalhador. (ABÍLIO; ALMEIDA; AMORIM; CARDOSO; FONSECA; KALIL; MACHADO, p.2-3, 2020)

O cenário atual da pandemia, envolvendo esses trabalhadores é marcado pela intensificação das horas de trabalho, diminuição da remuneração, mais riscos à saúde, mais exaustão mental, corporal, profissionais mais suscetíveis a acidentes de trabalho e não por acaso, com menos ou quase nenhum direito trabalhista.

Segundo Abílio (p. 111, 2020), o termo uberização, embora inspirado pela empresa de aplicativo global, “não se inicia com a Uber nem se restringe a ela”, expressando “uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho e uma tendência global que também poderia ser denominada informalização do trabalho ou, mais precisamente, consolidação dos trabalhadores just-in-time. (RAICHELIS, ARREGUI, p.138, 2021).

A noção de empreendedor, de controlador do próprio tempo de trabalho, de responsabilizar individualmente os trabalhadores, faz com que esses também busquem medidas individuais de prevenção ao novo covid-19.

A utilização de álcool-gel durante o trabalho está sendo a forma preventiva mais utilizada pelos entregadores para evitar a contaminação, sendo adotada por 225 entrevistados (89,2%), seguida pelo uso de máscaras, com 182 respostas (72,2%) e pela entrega sem contato direto com os clientes, medida adotada por 139 entrevistados (55,1%). Importante salientarmos que a realização das entregas sem o contato direto com os consumidores foi uma alternativa colocada pelas empresas devido à pandemia do coronavírus, com os usuários selecionando esta forma de entrega ao realizarem os pedidos e



indicando aos entregadores o local que a compra deve ser colocada.
(ABÍLIO; ALMEIDA; AMORIM; CARDOSO; FONSECA; KALIL; MACHADO, p.10, 2020)

Com relação aos trabalhadores de saúde, especialmente os trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), cotidianamente se vivencia o corte de gastos, falta de financiamento, precariedades das condições materiais, tecnológicas, de recursos humanos e a priorização de modelos médicos centrados, na qual a figura do médico é hipervalorizada em detrimento das outras profissões: essas são algumas das dificuldades enfrentadas para se produzir cuidados em saúde com poucos recursos. O trabalho em saúde é altamente exigente de trabalho psíquico, de entrega, de escuta e de vivências afetivas. O que se espera do encontro com o outro em um momento de vulnerabilidade, de dor?

Diante de uma pandemia com tantas mortes, perdas, descaso dos governantes na compra de insumos para enfrentamento da doença, percebe-se um esgotamento mental, físico e emocional para lidar com o contexto que estamos vivendo. Muitos relatos de sofrimento psíquico, de esgotamento em entrevistas de jornais, redes sociais e também o medo de estar levando para casa algo que possa ser letal para familiares. Até porque, como canta o rapper MV Bill, denunciando a realidade de grande parte da população brasileira “[...] Na favela, pra nós a covid é diferente, as casas não são grande e geralmente muita gente, aglomeração inevitável, alguns lugares ainda não tem água potável [...]” (QUARENTENA, 2020), e assim os trabalhadores da saúde voltam para suas casas em condições de evitar a contaminação aos integrantes de suas famílias.

Dados atuais demonstram que

Observou-se uma alta prevalência de sintomas graves de ansiedade e depressão entre os profissionais de enfermagem que atuam nos serviços de média e alta complexidade durante a pandemia de covid-19. Os fatores associados a uma prevalência mais acentuada de ambos os desfechos foram ter vínculo empregatício no setor privado, ter sintomas da Síndrome de Burnout e atuar em serviços sem estrutura para pandemia. Como fator de proteção para ambos os desfechos, ter o hábito de conversar com familiares e amigos. Tais resultados colaboram com os achados da literatura que demonstram o aumento do sofrimento mental entre os profissionais de enfermagem durante a pandemia. (SANTOS et al, 2021)



Além disso, muitos ainda têm que lidar diretamente com as consequências de quem minimiza a pandemia, que insiste em não cumprir regras de isolamento, utilizam de tratamento precoce, aglomeram e são captados por um discurso genocida e criminoso do Presidente Jair Bolsonaro. Isso sem contar os profissionais da saúde que compram essa ideia e disseminam esse discurso também. O negacionismo é uma das marcas da forma de enfrentamento (ou não enfrentamento) do governo Bolsonaro, não obedecendo recomendações da ciência, de médicos e inclusive da Organização Mundial de Saúde (OMS); somado ao incentivo e disseminação de tratamentos ineficazes e fake news sobre o uso de máscaras e de vacinas, por exemplo.

A pandemia de covid-19 chega ao Brasil e encontra um SUS que historicamente sofre com o corte de gastos, sucateamento e também com os processos de corrupção e desvio de verbas. Nunca, desde a sua criação em 1990, se valorizou tanto a importância de um sistema público, gratuito e universal. Tivemos que passar pelo que estamos vivendo, para que os profissionais da saúde que antes não tinham reconhecimento, como enfermeiros, técnicos de enfermagem, maqueiros e profissionais da limpeza recebessem palmas, fossem valorizados e coroados como verdadeiros heróis pelas mídias e por figuras públicas. Mas ainda é muito pouco diante dos baixos salários, jornadas intensas, geralmente conciliando mais de um emprego para complementação de renda. É justamente no momento em que mais fica evidente a necessidade de sistema público gratuito e universal de saúde que

Deflagraram-se os efeitos dos desmontes e da mercantilização dos sistemas de saúde mundiais, que, em pleno século XXI, evidenciaram carências rudimentares, como a falta de equipamentos de proteção individual e coletiva, insuficiência de instalações hospitalares e de recursos humanos e capacidade de cobertura insuficientes, requisitos absolutamente necessários aos cuidados sanitários da população. (RAICHELIS, ARREGUI, p.135, 2021)

Entramos em crise pandêmica também com a entrada de forças conservadoras associadas ao neoliberalismo no governo Brasileiro, que se inicia com o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 com o impeachment da presidenta Dilma e o governo ilegítimo de Michel Temer, atingindo seu auge com o governo de extrema



direita, ultraconservador e com aspectos protofascistas de Jair Messias Bolsonaro, em um contexto de diversas ações de desmonte da seguridade social, sendo a de maior magnitude em termos de devastação do sistema de proteção social brasileiro a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, também conhecida como a “[...] PEC do fim do mundo [...]” (RAICHELIS, ARREGUIA, 2021). Enquanto ainda era uma proposta, hoje já aprovada, instituiu-se novo regime fiscal e congela-se gastos e investimentos em políticas sociais por vinte anos, acelerando um processo de desfinanciamento e aprofundamento da precarização da política de saúde e do SUS (SOARES, CORREIA, SANTOS, 2021).

O governo Bolsonaro afirma sua defesa de um projeto de privatização da saúde, além de colocar condições para que o SUS seja cada vez mais submetido aos interesses do mercado privado. Assim, além de enfrentarmos a maior das crises humanitárias, também “[...] convivemos com o (des)governo Bolsonaro, que reafirma o compromisso com as oligarquias financeiras e o grande capital internacional, aprofundando a inserção subordinada do Brasil ao governo de direita ultraneoliberal dos EUA.” (RAICHELIS, ARREGUIA, p.142, 2021). O Brasil tem que enfrentar então não apenas uma “praga”.

A posição ideológica do governo atual, inclusive, incide sobre as formas de enfrentar a pandemia com o seu “[...] fundamentalismo religioso e obscurantista, o negacionismo da ciência, os irracionalismos, as práticas neofascistas que impõem o social-darwinismo e a necropolítica como *modus operandi* [...]” (RAICHELIS, ARREGUIA, p.142, 2021). As práticas de enfrentamento têm sido criminosas, contra o direito à vida e com orientações que já foram comprovadas cientificamente que não possuem eficácia, como o tratamento precoce.

Como estamos falando sobre a precarização no trabalho nesse contexto de pandemia, um exemplo é o trabalho do Assistente Social que vai sofrer transformações, inclusive porque são profissionais que têm no campo das políticas sociais seu principal espaço sócio ocupacional.

Neste sentido, temos

[...] de um lado, o medo, as pressões, as angústias reais de assistentes sociais, especial, mas não exclusivamente, daqueles(as) que estão na linha de frente do trabalho presencial; e de outro, os sofrimentos





e adoecimentos desencadeados em todos(as), tanto no trabalho presencial quanto no remoto, em meio à impotência para fazer frente às expressões mais dramáticas da questão social e às necessidades urgentes dos indivíduos e famílias que demandam atenção pública. (SOARES, CORREIA, SANTOS, p.144, 2021)

A sobrecarga de trabalho frente às demandas sociais, captou milhares de assistentes sociais na luta contra a covid-19, principalmente os que ocupam lugares na política de saúde, sendo que muitas vezes, não podiam auxiliar os usuários da forma que desejariam.

Duas grandes inflexões, segundo Soares, Correia e Santos (2021), fizeram-se presentes no trabalho do assistente social com a pandemia. A primeira delas é relacionada à própria condição de trabalhador do assistente social, com a precarização das contratações, terceirizações, contratos temporários, baixas remunerações, intensificação e precarização das suas condições de trabalho. Um exemplo de tensionamento foi as dificuldades que esses profissionais enfrentaram de acesso à equipamentos de proteção individual, os EPI's. A segunda inflexão foi com relação ao seu lugar na política de saúde, às demandas e requisições aos assistentes sociais.

Perante os novos e velhos desafios, a categoria profissional têm buscado enfrentá-los na sua articulação coletiva, entre as equipes, com outros profissionais e com movimentos sociais, no sentido de adensar os debates e demarcar as atribuições e competências profissionais, mostrando a sua contribuição para o enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, as organizações da categoria, representadas pelo conjunto CFESS/CRESS, fez com que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) reconhecesse a necessidade de uso de EPI pelos assistentes sociais, resultando no "Parecer Jurídico do CFESS nº05/2020-E."(SOARES, CORREIA, SANTOS, 2021, p.125).

Além disso, emitiu orientação normativa nº 03/2020 ratificando que "O/A assistente social deve se ater às suas atribuições e competências profissionais, visando o melhor atendimento ao/a usuário/a dos serviços de saúde" (CFESS, 2020, p.2), realizando atividades de acordo com sua atuação, sempre priorizando a qualidade do atendimento.





Dessa forma, a categoria profissional, a partir de construções coletivas, na defesa de uma saúde pública, universal e gratuita, tem em seu projeto ético político a defesa da liberdade como ponto central e que vai de encontro com os movimentos da reforma sanitária e psiquiátrica. Juntamente com os movimentos sociais, o coletivo se faz presente na defesa intransigente de uma sociabilidade emancipada, dos direitos humanos e da defesa da vida, algo muito valioso e pertinente para o momento que estamos vivendo.

Considerações finais

Diante das reflexões é possível propor considerações finais, mas não conclusivas, pois ainda estamos vivendo a pandemia. A história do tempo presente nos coloca grandes dificuldades em refletir esse tema estando tão interligado a ele e com novidades a todo momento, sendo afetados com notícias e informações que mudam de forma constante. Ao mesmo tempo, nos coloca a responsabilidade de, enquanto ser social, engendrar essa história, pois acreditamos que ela não se faz de forma natural, sendo portanto, necessário a ação humana consciente para que possamos transformar nossas realidades.

Com vistas à ampliação dessa consciência que alguns elementos foram identificados: o primeiro deles é que a crise que vivenciamos não é única e exclusivamente resultado de um vírus, mas, inclusive, é parte das configurações atuais de um sistema que é predatório e que “[...] combina crescentes níveis de exploração e degradação humanas à destruição sistemática do meio ambiente.” (RAICHELIS, ARREGUI, p.141, 2021).

A fragilização das condições de trabalho não advém com o coronavírus, ela se torna apenas mais evidente, escancarando a desigualdade e a miséria humana, parte de um projeto bem pensado e calculado da acumulação capitalista, retomando a correlação de forças entre capital e trabalho. A “[...] precarização do trabalho não é uma fatalidade, como muitos(as) querem fazer crer, mas uma estratégia do padrão de acumulação capitalista em tempos de mundialização neoliberal, tanto no centro quanto na periferia dependente.” (RAICHELIS, ARREGUI, p.139, 2021).

O avanço da necropolítica presente nas políticas públicas, que vem escolhendo quem vai viver e quem vai morrer, tem



se mostrado cada vez mais frequente pelas condições quase inexistentes de manutenção da vida que temos ofertado para as populações vulnerabilizadas e para os trabalhadores que ocupam também posições mais vulneráveis.

O sofrimento e o adoecimento são certos. Não se pode pensar a saúde do trabalhador somente na ausência de doenças, mas em um conjunto de fatores biopsicossociais que têm impactos diretamente na saúde dos trabalhadores, no desenvolvimento do trabalho e conseqüentemente na atuação profissional. A precarização do trabalho tem se tornado cada vez mais latente, jornadas extensas, conciliação de dois ou mais empregos, salários baixos, contratos com poucos ou quase nenhum direitos garantidos. “A todo momento nos tiram o ar. Matam-nos a cada dia, por negligência, por desfinanciamento das políticas, pela privatização de serviços prioritários, e pelas ações violentas de um Estado que cada vez mais serve ao Capital.” (SILVA, p.7, 2021)

De certo modo, ampliar as possibilidades de cuidado, de reforçar a importância de intervalos, de espaços que se fortaleçam no coletivo, e valorizar através de várias formas que os sujeitos encontram de expressarem as dores, o sofrimento, e de saberem que as angústias e as saídas são coletivas. Fortalecer e encontrar soluções no coletivo é também um desafio para um momento que pede distanciamento e isolamento, mas se faz necessário para a construção de uma sociedade menos desigual.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo, In: Lú Sudré. *Ricardo Antunes: “Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores”*. Brasil de Fato, publicado em 27 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>>

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. *Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo*. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BONFIM, Paula. *Conservadorismo Moral e Serviço Social: A particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. *Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?* Revista Serviço Social e Sociedade N°140. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0066.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2021.

BRASIL. Decreto N° 10.661, de 26 de março de 2021. Regulamenta a Medida Provisória n°1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10661.htm>. Acesso em 02 de maio de 2021.

BOLSONARO, Jair In: Gustavo Maia. *Auxílio Emergencial: 'Pergunta pro vírus', responde Bolsonaro sobre possível prorrogação do benefício*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/auxilio-emergencial-pergunta-pro-virus-responde-bolsonaro-sobre-possivel-prorrogacao-do-beneficio-1-24763537>>. Acesso em 15 de março de 2021.

CFESS. Orientação normativa n° 3/2020, de 31 de março de 2020. *Dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>>. Acesso em 13 de abril de 2021.

FERREIRA, Adriana Cristina Deiga Xavier; SILVA, Anny Karollyne Costa da. *Ensaio acerca da anunciada tragédia brasileira: a crise do capital e o aprofundamento das desigualdades em tempos-espacos de pandemia*. Revista Serviço Social em Perspectiva, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3405/3513>>. Acesso em 30 de abril de 2021.

GUARANY, Alzira M B. *Trabalho Do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública*. In Revista Praia Vermelha, V 30, n1, Jan-Jun 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/29061/19518>>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

G1, *Preço dos alimentos sobe pelo 9º mês consecutivo, aponta índice global*. Publicado em 04 de março de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/preco-dos-alimentos-sobe-pelo-9-mes-consecutivo-aponta-indice-global.ghtml>>. Acesso em 03 de maio de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD COVID 19*, 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>>. Acesso em 14 de abril de 2021.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. SP: Boitempo, 2002. (p.216 – 346)

MILITÃO, Bruno In: *Jornal da Usp. Pandemia da covid-19 acentuou precarização das relações de trabalho*. São Paulo, 20 de julho de 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/pandemia-da-covid-19-acentuou-precarizacao-das-relacoes-de-trabalho/>>. Acesso em 14 de abril de 2021.

QUARENTENA. Compositor: MV Bill.[S. l.]: Letras de Música, 2020. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/mv-bill/quarentena/>>. Acesso em: 04 maio de 2021.

RAICHELIS, Raquel; CAROLA, C. Arregui. *O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia*. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0134.pdf>>. Acesso em 30 de abril de 2021.

Relatório Parcial de Pesquisa. ABÍLIO, Ludmila. C.; ALMEIDA, Paula. F.; AMORIM, Henrique; CARDOSO, Ana. C. M.; FONSECA, Vanessa. P.; KALIL, Renan. B.; MACHADO, Sidnei. *Condições de trabalho em empresas de plataforma digital: os entregadores por aplicativo durante a Covid-19*. São Paulo: REMIR, 2020. Disponível em: <<https://www.cesit.net.br/condicoes-de-trabalho-de-entregadores-via-plataforma-digital-durante-a-covid-19/>>. Acesso em 30 de abril de 2021.

SÁ, Marilene de Castilho; MIRANDA, Lilian; MAGALHÃES, Fernanda Canavêz de. *Pandemia Covid-19: catástrofe sanitária e psicossocial*. Caderno de Administração, v. 28, p. 27-36, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53596>>. Acesso em 31 de março de 2021.

SANTOS, Katarina Márcia Rodrigues dos et al. *Depressão e ansiedade em profissionais de enfermagem durante a pandemia da covid-19*. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 25, n. spe, e20200370, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452021000500201&lng=en&nr=m=iso>. Acesso em: 4 de maio de 2021.

SILVA, Diego Tabosa. *Editorial da Revista Serviço Social em Perspectiva*. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3722/3511>>. Acesso em 27 de abril de 2021.



SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. *Serviço Social na política de Saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19*. Revista Serviço Social e Sociedade. N° 140 de 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0118.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

Notas

1 “Na análise de Caio Prado Júnior, a conciliação “pelo alto” ocorre em grande medida pelo fato de os movimentos populares brasileiros do século XIX se caracterizarem por um “subversivíssimo esporádico e elementar”, nos termos gramscianos.”(BONFIM, p.75, 2019). Ainda, segundo a mesma autora, em nota de rodapé: “De acordo com Coutinho (1990), é possível fazermos uma analogia entre o conceito de “revolução passiva” elaborado por Gramsci e as reflexões de Caio Prado sobre a “questão nacional” no Brasil. Tal conceito possui semelhanças com a “via prussiana”, mas dá destaque para a questão agrária e a constituição do Estado Nacional” (BONFIM, p.75, 2019). ↑

2 Ver mais em G1, Preço dos alimentos sobe pelo 9º mês consecutivo, aponta índice global. Publicado em 04 de março de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/preco-dos-alimentos-sobe-pelo-9-mes-consecutivo-aponta-indice-global.ghtml>. ↑





Este número da Revista Praia Vermelha
foi diagramado em maio de 2022
pelo Setor de Publicações e Coleta de
Dados da Escola de Serviço Social da
UFRJ, para difusão online via Portal de
Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte
Montserrat (Medium 13/17,6pt) em
página de 1366x768pt (1:1,77).